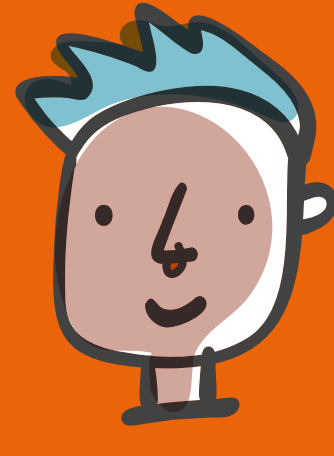
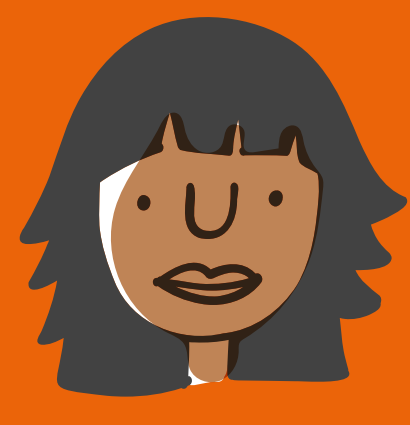


Abordagem sistêmica do Direito à Educação: a Interseccionalidade



A Cidade Escola Aprendiz tem como premissa fortalecer uma visão sistêmica do Direito à Educação, articulando:

1. Educação Integral Antirracista, concepção que orienta as políticas públicas nos territórios;
2. Intersetorialidade enquanto estruturante para uma Educação Integral;
3. Interseccionalidade para promover equidade e justiça.

1

2

3

Interseccionalidade

4

Políticas públicas interseccionais para promover justiça social e equidade

As mulheres negras formam a chamada "base da pirâmide" da sociedade brasileira, pois enfrentam dificuldades muito maiores que todas as outras pessoas. Além do marcador de gênero, vivenciam também as barreiras impostas pela desigualdade racial.



A interação entre diferentes marcadores sociais - raça, gênero, classe, orientação sexual, deficiência, território, entre outros - é o objeto de estudo da Interseccionalidade, conceito cunhado pela acadêmica e escritora norte-americana Kimberlé Crenshaw. Para além da soma de opressões, a Interseccionalidade evidencia como os sistemas de poder se relacionam e, com isso, constroem desigualdades e privilégios estruturais e moldam as oportunidades, as realidades sociais e o acesso a direitos.

Aplicada na Educação Integral Antirracista, a Interseccionalidade deve orientar a formulação de políticas públicas e práticas que não apenas reconhecem, mas enfrentam o racismo e as desigualdades e garantam a participação das populações que historicamente tiveram seus direitos violados, promovendo justiça social e equidade.

Panorama Brasil: as desigualdades estruturais que se multiplicam e interagem entre si

A sobreposição de opressões e sistemas de poder abordados pela Interseccionalidade fica ainda mais evidente ao se analisar dados do contexto brasileiro.

Ao se somar os marcadores de raça e gênero os resultados são ainda mais alarmantes.

Meninas e mulheres negras detêm os piores índices em diferentes indicadores - como a maioria abaixo da linha da pobreza e a maioria no quesito informalidade no mercado de trabalho -, o que denota o contexto de alta vulnerabilização social ao qual são submetidas diariamente.

Segregação nas escolas

51,3% ou **9,9 milhões** das matrículas do total de estudantes que se autodeclararam negros ou negras estão em escolas predominantemente negras.



97,4% ou **360 mil** matrículas de estudantes indígenas (do total de 370 mil) são na rede pública.

87,5% ou **16,9 milhões** de matrículas de estudantes negros ou negras (do total de 19,4 milhões) são na rede pública.



Água e saneamento nas escolas brasileiras - Indicadores de desigualdade racial a partir do Censo Escolar, 2024. Instituto Água e Saneamento, CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais.

Precarização nas escolas

36,1% ou **7 milhões** das matrículas de estudantes negros e negras são em escolas sem rede pública de coleta de esgoto.

0,9% ou **170 mil** estudantes negros e negras frequentam escolas sem banheiro.



81,8% ou **300 mil** matrículas de estudantes indígenas são em escolas sem rede pública de coleta de esgoto.

16,3% é a porcentagem de matrículas em escolas sem algum serviço de saneamento de predominância de estudantes brancas e brancos, proporção que chega a 52,3% nas escolas com predominância de estudantes negros e negras.



Água e saneamento nas escolas brasileiras - Indicadores de desigualdade racial a partir do Censo Escolar, 2024. Instituto Água e Saneamento, CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais.

Os desafios das pessoas com deficiência

Em 2023, **uma em cada quatro** escolas não possuía nenhum recurso de acessibilidade no Brasil.*

Apenas **25,6%** das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio em 2022, contra 57,3% das pessoas sem deficiência.*



26,6% foi o nível de ocupação das pessoas com deficiência, menos da metade do percentual encontrado para as pessoas sem deficiência (60,7%).**

Cerca de **55%** das pessoas com deficiência que trabalhavam estavam na informalidade, enquanto, para as pessoas ocupadas sem deficiência, esse percentual foi de 38,7%.**

Em 2023, apenas **6,1%** do corpo docente da Educação Básica possuíam formação continuada específica de 80 horas, certificada pelo Ministério da Educação (MEC) em Educação Especial.*



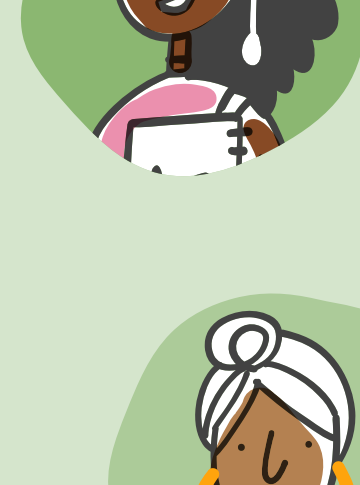
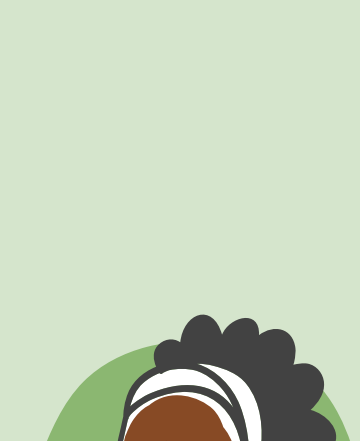
* Painel de Indicadores da Educação Especial, 2023. Instituto Rodrigo Mendes.

** Módulo Pessoas com Deficiência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dupla vulnerabilidade de mulheres negras

21,3 horas semanais foi o tempo em média dedicado por mulheres aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, em 2022, contra 11,7 horas dos homens.

29% das mulheres brancas com 25 anos de idade ou mais tinham completado o nível superior, em 2022, o dobro da taxa para mulheres pretas ou pardas: 14,7%.



A taxa de informalidade das mulheres pretas ou pardas era de **45,4%**, em 2022, e de 30,7% dos homens brancos.

39,7% das mulheres brancas de 18 a 24 anos estudavam, em 2022, contra 27,9% entre as mulheres pretas ou pardas.



Estudo Estatísticas do Gênero, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na prática

A experiência de letramento de mulheres no Cieja Perus, em São Paulo (SP)

"Agora chegou a minha hora!". A frase é de uma das alunas atendidas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Cieja Perus I, em São Paulo (SP), quando finalmente realizou o sonho - por muito tempo negado por seu pai - de frequentar a escola. A afirmação dá nome ao projeto partilhado por Franciele Busico, designada de 2016 até 2024 para a coordenação geral do Cieja Perus, bairro periférico, no limite da cidade, no qual muitas pessoas não tiveram a oportunidade de estudar.

A iniciativa realizou diversas rodas de conversa e momentos de escuta, visando à partilha das histórias e das transformações nas paisagens de Perus a partir da perspectiva de mulheres trabalhadoras periféricas, a maioria negras, estudantes da EJA. Muitas delas participaram de mobilizações e articulações pela chegada de serviços e equipamentos públicos na região, contribuindo para a criação das condições de sobrevivência no bairro. Entretanto, por inúmeros fatores - como a proibição pelo pai ou marido, a necessidade de trabalhar e/ou cuidar da casa, dos filhos e filhas e netas e netas -, não tiveram a oportunidade de se alfabetizar.

Além da reorganização do próprio espaço do Cieja - com cada sala batizada com o nome de alguma mulher que faz parte da história do bairro -, o grupo também realizou uma exposição de *arpilleras* (técnica têxtil do Chile que une costura e bordado), promoveu troca de correspondências e um encontro com mulheres de uma escola do Rio de Janeiro, inclusive com confecção e venda de bolsas para custear a ida até Paraty.

Depois de aprender a ler e escrever, as estudantes compartilham a possibilidade de que, por meio da Educação, cada vez mais mulheres construam uma compreensão sobre suas vidas, ampliando as escolhas e interrompendo ciclos de sofrimento e violência relatados por muitas delas.

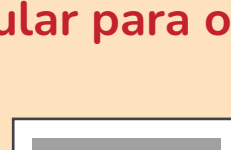


Parte das estudantes e professoras participantes da Oficina de Costura do Cieja Perus, em novembro de 2024. Foto: Sissy Eiko

Aponte a câmera do seu celular para os QR Codes



Confira os links de estudos e pesquisas usados no infográfico.



"Territórios Educativos e Educação Integral em contextos de crise: caminhos para a transformação das redes e escolas brasileiras".